

# Governo reafirma na ONU reivindicação portuguesa sobre as ilhas Selvagens

**Conflito.** Ministério dos Negócios Estrangeiros vai reagir por escrito ao documento enviado às Nações Unidas pela Espanha no qual se afirma ser inaceitável dar a jurisdição a Portugal de 350 milhas em torno daquele grupo de ilhas

O ministro Rui Machete "vai reiterar por escrito a posição de Portugal junto da ONU, tal como fez em 2009". Esta é a primeira reação oficial do Estado

português, depois de ontem ter sido tornada pública pelo DN uma carta enviada pela missão da Espanha junto das Nações Unidas em que se dizia

que o Governo de Rajoy "não aceita que a ilhas Selvagens venham a gerir, de alguma maneira, uma zona económica exclusiva". **POLÍTICA** PÁG. 11

## Selvagens: MNE garante que vai reagir junto da ONU

**Diferendo.** Rui Machete vai reiterar a soberania nacional sobre as ilhas e reforçar posição sobre o aumento da plataforma continental

LÍLIA BERNARDES

O Ministério dos Negócios Estrangeiros garante estar a preparar um documento formal para "reiterar, por escrito, a posição de Portugal junto da ONU, tal como fez em 2009" para enviar brevemente às Nações Unidas. Esta é a posição oficial de Rui Machete, transmitida pelo seu gabinete através de Francisca Seabra, em reação à notícia avançada ontem pelo DN sobre a recusa de Madrid em aceitar a atribuição às ilhas Selvagens de uma Zona Económica Exclusiva (ZEE).

A Espanha alega que as Selvagens não podem usufruir do estatuto de "ilhas", mas sim de "rochas" com apenas direito a mar territorial, tal como revela um documento oficial da ONU, da autoria da Missão Permanente de Espanha junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, datada de 5 de julho, o que significa redução drástica da ZEE portuguesa e um aumento substancial na ZEE espanhola. Contudo, há um precedente.

Em 1997, quando a Espanha quis entrar na estrutura militar da NATO, António Vitorino era ministro da Defesa. Na altura, negociou-se a partilha responsabilidades da Busca de Salvamento no mar que

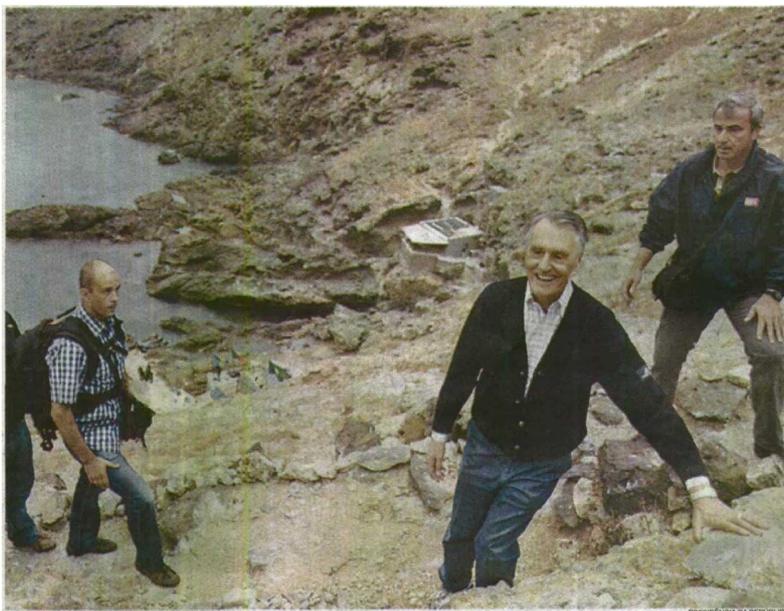
medeia as Selvagens (Portugal) e a ilha mais próxima das Canárias (Tenerife). António Vitorino propôs que as obrigações fossem divididas ao meio, e a proposta foi aceite.

No acordo celebrado existe um mapa onde foi traçada uma linha, uma meridiana entre o que é incumbência portuguesa e o que é espanhola, em que as ilhas Selvagens contam como território integral português, facto confirmado ao DN por António Vitorino.

Mas regressemos a 2009. Afinal, o que aconteceu para o atual Governo dizer que vai reiterar a mesma posição então tomada? Nesse ano, Portugal e Espanha entregaram os respetivos dossiês de alargamento das plataformas continentais, mas Madrid reagiu à candidatura portuguesa.

A 10 de junho, a Missão Permanente de Espanha submeteu várias considerações por parte do Governo de Madrid, citando a Convenção do Direito do Mar de 1982, ratificada por Portugal e Espanha.

Neste contexto, propões à Comissão de Limites "recomendações" a Portugal relativamente à área relativa à Madeira no sentido de "não prejudicar os direitos de Espanha em relação ao aumento da plataforma continental a oeste das Canárias". Em consequência, a



Cavaco Silva reafirmou, na sua visita em Julho, a soberania portuguesa sobre as ilhas Selvagens

Espanha comunicou à Comissão a vontade em proceder, de comum acordo com Portugal, a delimitação lateral da plataforma entre os dois países, depois desta analisar a pretensão "definitiva" espanhola.

Posição que consta, do documento preliminar entregue à ONU, nesse mesmo ano, relativo às Canárias, no qual se refere que existe "sobreposição" com tercei-

ros, no que toca a aumento de plataformas, designadamente com Portugal e costa continental saharai (Sahara Ocidental, antiga colónia espanhola).

"[...] a área de 350 milhas náuticas" a oeste das Canárias "choça" com o alargamento das 200 milhas portuguesas, nomeadamente com o arquipélago da Madeira, refere o documento. Diz-se, ainda, que Es-

panha e Portugal "estão de acordo" que as respetivas aspirações sobre esta matéria "não prejudicam, nem prejudicarão, o resultado final nem a delimitação das respetivas plataformas ampliadas que deverão ser acordadas pelos (dois) Estados em momento posterior". Ou seja, deixa tudo em aberto para depois da decisão final. E este é o problema. O DN contactou a embaixada de Espanha em Portugal, que não quis tecer comentários sobre o diferendo.

Nos últimos meses, têm surgido vários textos de opinião assinados por jornalistas espanhóis sobre esta matéria. Um deles, datado de 26 de julho, intitulado "El otro Gibraltar: Islas Salvajes", da autoria de Gonzalo Prieto, com carreira na Rádio Nacional de Espanha, Europa Press e *Diário de Navarra*, alega que as Selvagens, "conjunto de pedaços de terra", continuam como "objeto de litígio" entre Portugal e Espanha, que "continua por resolver", traçando alguma similitude com a questão de Gibraltar.

### DIFERENDO

#### 63% apoia Governo espanhol sobre Gibraltar

62,8% dos espanhóis apoia o Governo de Mariano Rajoy no braço de ferro com as autoridades de Gibraltar, revelou um estudo de opinião realizado pelo instituto Elcano junto de 1010 espanhóis e ontem citada pela AFR. 48,1% dos inquiridos admitem apoiar o encerramento do espaço aéreo espanhol a aviões que servem Gibraltar e 46,2% dizem que

aprovariam o encerramento da fronteira terrestre com o rochedo britânico. A tensão entre espanhóis e britânicos aumentou depois de as autoridades de Gibraltar terem lançado ao mar blocos de cimento para fazer um recife artificial, o que, diz Madrid, prejudica as suas pescas. Londres, por seu lado, queixa-se dos excessivos controlos fronteiriços.